

# Jornal da ADUFC

Quarta-feira, 28 de maio de 2008 - Ano V - Nº 17

## A MEDIDA PROVISÓRIA, ENFIM

**A**pós meses de expectativa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 14 de maio, a Medida Provisória 431/08 que dispõe sobre a reestruturação de carreiras e reajuste salarial do funcionalismo federal. A MP à^}^, &ãã { æã•Áã^Á Ì€Á { ajÁ•^|çãã [!^•Á públicos federais, entre os quais os integrantes da Carreira de Magistério Superior, de 1º e 2º grau e dos servidores técnico-administrativos das IFES. Além de conceder os reajustes, o documento reestrutura a carreira do Magistério de 1º e 2º grau, que passa a ser denominada Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Para fazer face a tais reajustes – objeto de acordo assinado com todas as categorias – o Governo editou a Medida Provisória 430/08, depois transformada em Projeto de Lei por acordo das lideranças parlamentares, abrindo crédito extraordinário em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no valor de R\$ 7 bilhões e 560 milhões.

O reajuste do ensino superior retroage a 1º de março deste ano, devendo as diferenças serem pagas no contracheque do mês de junho. O relativo aos professores do ensino básico vigora a partir de 1º de julho.

A MP 431/08 mantém as conquistas obtidas no processo de negociação. Veja no quadro ao lado as mais importantes:



1. ÊÜ^ [ •ã8è [ Áããã } ' æ8è [ Á ] æ!æãc [ ä [ •Á [ •Áã [ &^ ] c^•L
2. ÊÜ^æb~ •c^•Áæ&ã { æÁããã } ' æ8è [ Á ] æ!æã { ~ãc [ •Áã [ &^ ] c^•L
3. ÊÖ|^çæ8è [ Á•ã\* } ä, &æãçæãã [ Ác^c [ Á•æ|æ!æãL
4. ÊÖ• [ ] [ { æã!^ { ~ } ^!æc5!æã^ } c!^Á^ } •ã } [ Áã | •ã& [ Á^Á•~ ] ^!ã [!L
5. ÊÖ~ ~ã } æ!æ8è [ Á^ ] c!^Áæ•Áã ~ æ•Á&æ!|^!æ•L
6. ÊÖ } & [! ] [!æ8è [ Áãã ÖÇÖÁ^ÁXÚQãæ [ ÁXÓL
7. ÊÖ~ { ^ } c [ Á ] ^!&^ } c~ æ!Áã [ ÁXÓÁ ] æ!^ { ~ } ^!æ8è [L
8. ÊÜ^ã~ 8è [ Á ] ^!&^ } c~ æ!Áãæ•Á\*!æã, &æ8/^Á } æ!^ { ~ } ^!æ8è [L
9. ÊÜæ!ããã^Á^ } c!^Áæãç [ •ÉÁæ ] [ •^ } cæã [ •Á^Á ] ^ } •ã [ ] ä•cæ•LÁ
10. Extinção da GED e da GEAD.

**Números do descaso**  
Por Angela Pinheiro  
Pág. 04

**Por uma federação nacional dos docentes das IFES**  
Por Gil Vicente dos Reis Figueredo  
Pág. 05

**A necessidade de uma nova organização**  
Por Robson Mendes Matos  
Pág.06

## Editorial

**N**a última Assembléia Geral da ADUFC, realizada em 16 de abril de 2008, a grande maioria dos 120 professores presentes, além de aprovar o reconhecimento do PROIFES como legítimo negociador dos docentes nas mesas de negociação com o Governo Federal, indicou ainda que esta Diretoria estimulasse o debate acerca da crise e das perspectivas do movimento docente em todo o país.

para revelar o quão necessário se faz esse debate:

**1** Há cinco anos a ANDES não tem Registro Sindical, suspenso por ação de sindicatos de professores de escolas privadas que alegam ilegalidade, por parte do sindicato nacional, ao tentar representar a base das universidades particulares. Embora ainda subjuice, a vitória da ANDES no processo parece remota, sem falar nos riscos

**2** A última campanha salarial, concluída com a edição da Medida Provisória 431/08, além de revelar o distanciamento da direção nacional em relação aos anseios dos docentes, culminou com conquistas importantes asseguradas pelo acordo de 5 dezembro passado, assinado apenas por duas entidades representativas –

**3** Nos últimos anos a universidade pública tem se transformado sobremaneira, envolvida em programas processo que não tem contado com a participação, a contribuição e a crítica

do Movimento Docente. A ANDES limitou-se a gritar contra a Reforma Universitária, enquanto outras profundas mudanças - muitas positivas - foram acontecendo.

No nosso entendimento isso revela que é hora de repensar o movimento docente. Para voltarmos ao tempo em que a ANDES tinha compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade entendemos que é preciso recuperar no sindicato uma maior aproximação com as bases, além de uma militância das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Assim, tem-se maior autonomia, ou seja, maior poder de decisão no nível local. Do mesmo modo, a nossa agenda poderá se centrar nos nossos direitos e no projeto de universidade que queremos para o país nas próximas décadas.

Com o objetivo de iniciar o debate decidimos publicar este jornal. Optamos por dar voz aqui a alguns críticos do atual modelo, lideranças sindicais minoritárias nacionalmente - porém representantes de grandes universidades – que aqui colocam, de forma clara e objetiva, manifesto – ao qual nos associamos – conclamam ao debate, expõem teses, sem medo de apontar problemas e indicar caminhos.

Esta Diretoria está de acordo que mudanças são necessárias. Por isso propõe o debate aberto, transparente, com as forças hegemônicas da ANDES e todos os docentes que estão na luta pela valorização da carreira e pelo fortalecimento das IFES.

## EXPEDIENTE

## Jornal da ADUFC

Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC)

Av. da Universidade, 2346  
Benyca - Fortaleza/Ceará  
Fone: 0XX 85- 3066-1818  
Fax: 0XX 85- 3066-1825  
e-mail: imprensa@adufc.org.br

Diretoria do Biênio  
2007-2009

**Presidente:**

Estevão Arcanjo

**Vice-Presidente:**

Mirtes Amorim

**Secretária Geral:**

Fátima Araripe

**1ª. Secretária:**

Eva Caldas

**Tesoureira Geral:**

Zúlia Carvalho

**1ª. Tesoureira:**

Neile Torres

**Coent'Áco-Cultural:**

Uribam Xavier

**Relações Intersindicais:**

J. Auri Pinheiro

**Aposentados:**

Nellie de Paula

**Patrimônio:**

João Hºlio DiCvila

**1º Suplente:**

Marcio Amora

**2º Suplente:**

Eliane Dayse

**Jornalista responsável:**

Cngela Marinho  
MTb CE00686JP

**Estagiários de Jornalismo**

Andrºia de Oliveira Costa  
Walber G¹es

**Suporte de Informática**

Marcelo Ramalho

**Concepção Gráfica**

Maherle

8815.5427

**Tiragem:**

2.500 exemplares

**Impressão:**

Expresso Gráfica

## 7bVXagXfTZhT&W` WX aUOb sobre auxílio de saúde suplementar

Os docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC) aguardam uma decisão sobre a implantação do Auxílio de Saúde Suplementar proposto pelo Governo Federal para beneficiar todos os servidores federais, ativos ou inativos, e que deveria vigorar neste ano de 2008. No ano passado, foi instituída uma comissão para estudar a implantação do auxílio na UFC. Para tanto, fez-se uma pesquisa pelo Portal da instituição, para saber qual a alternativa ideal para a maioria: se o ressarcimento; a contratação ou convênio. A forma escolhida pela maioria seria igual para todos. Mas até o momento não há sinal da implantação.

A ADUFC envia esforços junto à reitoria da UFC, para que se defina a melhor opção e o auxílio seja implantado, como já acontece na Universidade de Brasília (UnB), onde foi definido que a adesão garante aos servidores o subsídio de R\$ 42,00 (o valor nacional) para si e cada dependente, de acordo com a Portaria Normativa nº. 01/07 do Ministério do Planejamento, que trata do Auxílio de Saúde Suplementar.

# MPOG EXIGE REGISTRO SINDICAL PARA (RE)CADASTRAMENTO DAS ADs

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) editou um decreto exigindo o Registro Sindical (RS) para o (re)cadastro das entidades de caráter sindical. Por conta desse decreto, as entidades têm até o dia 27 de agosto para regularizar a sua situação e manter o fluxo normal das contribuições dos seus associados, descontados em folha de pagamento. Mas como a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES) está com o seu Registro Sindical (RS) suspenso desde 04 de dezembro de 2003, o processo de consignação dos salários para as Associações de Docentes (ADs) está ameaçado, caso não seja encontrada uma solução até agosto.

Desde a sua fundação, em 1980, a Associação dos Docentes da UFC (ADUFC) fazia o recolhimento das mensalidades dos professores associados, por meio de cheques, ou dinheiro, contra recibos passados pela diretoria. A

partir de 1981, esse recolhimento passou a ser efetuado por consignação em folha de pagamento. Os salários autorizavam a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) da UFC a descontar, do seu contracheque, o valor referente à mensalidade. Naquela época, a ADUFC era uma associação sem caráter sindical.

Isso vem acontecendo, desde então, sem qualquer problema para a entidade. Os novos salários e os que se desligam têm os seus nomes incluídos, ou excluídos, por meio de um ofício da ADUFC à SRH que regulariza as respectivas situações. Mas em 29 de fevereiro deste ano, o MPOG editou o Decreto nº. 6.386, exigindo o Registro Sindical (RS) para o (re)cadastro das entidades de caráter sindical. Por conta desse decreto, todas as entidades sindicais têm até o dia 27 de agosto para regularizar a sua situação e manter as suas contribuições.

A partir de 1990, com a transformação da ANDES em Sindicato

Nacional, a ADUFC e as demais ADs filiadas que não tinham e não têm RS próprio, passaram a usar o registro sindical da ANDES. No entanto, desde 04 de dezembro de 2003, a ANDES está com o seu RS suspenso por força de uma liminar concedida em favor de um grupo de sindicatos de professores de entidades particulares pelos SINPRO que reclamam do fato da ANDES querer representar a sua base legítima. Os SINPRO reúnem-se numa confederação não a CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) que representa os sindicatos dos professores e técnico-administrativos da educação privada de todo o País, do ensino infantil ao superior. São 68 sindicatos e seis federações filiados, envolvendo mais de 500 mil trabalhadores da educação. Sua fundação foi consolidada em seu primeiro congresso, realizado em Guarapari (ES), no mês de julho de 1991.

Em 25 de abril, os professores Jos Auri Pinheiro e Eva Batista Caldas, diretores da ADUFC, estiveram no Ministério do Planejamento onde lhes foi reiterado que não há como fazer o recadastramento sem o RS. No relatório da Reunião do Setor do dia 27 do mesmo mês, a Diretoria da ANDES orientou que as ADs deveriam se cadastrar apresentando o Acórdão Transitado em Julgado do STJ, ratificando a representação sindical da ANDES, que foi publicado no Diário Oficial da União de agosto de 2003, esquecendo que, há quase cinco anos, o seu RS foi suspenso pela Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho.

Diante da situação, a Diretoria comunica aos seus membros que enviar todos os esforços no sentido de superar o problema, buscando, prioritariamente, a preservação da ADUFC, das suas conquistas e do seu patrimônio.

## Homenagem

A Diretoria da Associação de Docentes da UFC, ainda consternada com o falecimento do Prof. Dr. Ícaro Moreira, Reitor da Universidade Federal do Ceará, presta uma homenagem pelo dia do seu aniversário natalício, no último dia 23 de maio, desejando que seu amor à universidade permaneça no coração de todos os que fazem a UFC.

Hkejc"fg"Lnk±"q"fq"Rtqhguuqt",ectq"Oqtgktc

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADUFC  
FUNDADA EM 28.04.1980

FICHA DE INSCRIÇÃO

NO DE ORDEM: \_\_\_\_\_

1. NOME DO MEMBRO: Ícaro Moreira

2. ENDEREÇO:  
RUA: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

3. SITUAÇÃO perante a UFCE:  
CARGO: \_\_\_\_\_ VÍNCULO:  CLT  QUADRO  
RESERVA:  20 DIAS  40 DIAS  90  
ATIVIDADE:  BRASILEIRO  PORTUGUESA  EXTERNO  
TITULAÇÃO:  GRADUADO  DE  MESTRE  DOUTOR  
INCENTIVO FUNCIONÁRIO:  AFIRMATIVO  NÃO  NÃO  P. CIENTÍFICA

DEPTO./CULTURA: \_\_\_\_\_  
CÍVIL: \_\_\_\_\_

4. LOCAL DE TRABALHO: \_\_\_\_\_ (Insc. nº. \_\_\_\_\_)  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

5. PARA CORRESPONDÊNCIA: RESIDÊNCIA  TRABALHO

Publicado em 23 de Maio de 2005  
SECRETARIA DO SPORTS

## Artigo

Prof. Dr. Jovinião S. de Carvalho Neto\*

## Movimento docente: UMA ENCRUZILHADA

O movimento docente defronta-se com uma encruzilhada. Um caminho é a ANDES, entidade nacional que construímos, com passado de importantes vitórias e que perde capacidade de mobilizar e representar os professores. A sua estrutura continua funcionando, mas descolada da sua base, e sua atuação tem levado ao isolamento social e a ineficácia política. Problemas jurídicos questionam sua natureza.

Outro caminho é a reorganização do movimento docente, pela criação de associações ou sindicatos locais e posterior federação nacional. A alternativa emerge da experiência de ADs opositoristas e do PROIFES o qual assumiu a possibilidade de se transformar nesta federação.

O PROIFES, representou, em 2004, reação de parte da oposição que, após ter vencido nas universidades federais e perdido no total, concluiu que não haveria

como mudar ou vencer a estrutura e práticas dos dirigentes da ANDES e, nela ter canal para suas reivindicações e visões sobre o papel do sindicato.

Dois exemplos do descolamento e isolamento da ANDES. Na Campanha Salarial de 2005 se afastou do processo que levou a algum reajuste e ao professor associado; na de 2007 não assinou os acordos para professores de 1º, 2º e 3º grau, afastando-se das entidades que representam 850 mil servidores.

O fundamento deles é uma concepção de sindicato como instrumento partidário-ideológico de oposição global ao governo, a tradição da greve como único instrumento eficaz, a crença em si considerar a vanguarda anti neoliberal mais esclarecida. Participamos da luta política global, defendemos projeto nacional no qual a Universidade Pública é estratégica, fora do sindicato participamos de partidos, mas, não esquecemos que a ação

sindical deve partir das posições construídas na sua base e dela representativas e procurar obter, naquele momento histórico, o que mais atenda os interesses da categoria. A APUB é entidade fundadora da ANDES. Suas lutas e construção são parte da minha experiência. Diante do estreitamento e isolamento. Na próxima eleição da chapa única para a ANDES vemos a reafirmação desta opção.

Devemos colocar para todos os envolvidos a discussão sobre a oportunidade de reafirmar a independência de cada AD, transformá-las em sindicato ou associações de caráter sindical, construir uma entidade nacional que saiba enfrentar e negociar com o patrão, valorizando a Universidade Pública, a carreira e o salário dos docentes.

\* Presidente da APUB (1983-85, 2000-2002, 2006-2008), Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo da Bahia 1978-1980.

## Artigo

Profa. Dra. Ângela Pinheiro \*

## Números do descaso

Nossa condição de cidadãos comuns, em termos de conhecimento de economia e matemática, nos inclina a considerar números e estatísticas como incompreensíveis, complicados e distantes do nosso dia-a-dia. Apesar desse posicionamento, trago alguns números, cifras e estatísticas, que podem nos ajudar a compreender, um pouco mais, a complexidade da vida cotidiana brasileira, marcada intensamente por carências, direitos violados e demandas da população não atendidas. Ajudar-nos a compreender, ainda, a expressão tócorrente entre nós, de que no Brasil não faltam recursos, a questão é mais de critérios para sua destinação.

Vamos ao primeiro exemplo. Recentemente, fomos bombardeados por setores do Governo Federal, com as consequências nefastas de não mais existir CPMF, em 2008, com arrecadação prevista de R\$ 38 bilhões. Pois bem, durante o Governo

Lula, ou seja, a partir de 2003, o País destinou mais de R\$851 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública, ou seja, mais de 22 vezes a arrecadação anual da CPMF! A propósito, dentre os comentários sobre as consequências da suspensão da cobrança da CPMF, não ouvi qualquer referência à possibilidade de renegociação da dívida pública, para diminuir o impacto dessa suspensão. A técnica sempre foi de que seria preciso diminuir recursos para áreas vitais, como a saúde!

Um segundo exemplo: de janeiro a novembro de 2007, o Governo pagou de juros da dívida o equivalente a mais de doze vezes (R\$ 113,4 bilhões) o que foi destinado, durante o mesmo ano, ao Bolsa Família (R\$8,9 bilhões), que beneficiaria 11 milhões de famílias e é apontado como o principal programa social da União.

Um terceiro e último exemplo...por enquanto. Estudo do IPEA aponta que os investimentos em educação e saúde caíram, entre 1995 e 2005, quando comparados ao PIB:

para a saúde, a redução foi de 1,79% para 1,59% do PIB; para a educação, de 0,95% para 0,77%. Além de percentuais vergonhosos de recursos destinados pela União para setores fundamentais a uma verdadeira consolidação da cidadania de uma população, sobretudo quando comparamos com dados de boletim da Auditoria Cidadã da Dívida, segundo o qual 32,36% do Orçamento Geral da União de 2007 foram gastos em juros e amortização das dívidas interna e externa.

Diante de todos esses dados, éco a me perguntar, reiteradamente, como seria o nosso País, revistas as nossas prioridades de destinação de recursos...éco a imaginar que País diferente teríamos... Utopia, ou tão somente bom senso na destinação de recursos públicos?

\* Psicóloga, Professora da UFC, integrante do NUCEPEC/UFC.



Acesse nosso site:  
[www.adufc.org.br](http://www.adufc.org.br)

## Por uma federação nacional dos docentes das IFES

Todos os que conhecem as lutas dos professores sabem das conquistas históricas obtidas pela ANDES da década de 80, tais como a democratização da universidade e a definição (1987) de carreira única para os docentes das IFES, geradora de um impulso transformador extraordinário, ao valorizar a qualidade e o mérito acadêmicos.

Aquela entidade, contudo, não existe mais, objeto que foi de aparelhamento por grupos vinculados a partidos políticos, que vêm buscando utilizar a força e as expectativas da categoria para tentar impulsionar suas agendas e concepções ideológicas. A questão que hoje emerge como central é a resultante desse processo: o brutal descompasso entre as teses defendidas pela entidade e as convicções hegemônicas dos docentes. Ignora-se a identidade específica dos professores, suas preocupações com a carreira, condições de trabalho e salários, dissolvendo-as em temáticas mais gerais que, conquanto importantes, não podem ser o foco principal da atuação de uma entidade de docentes. Defende-se a desagregação constante de greves, com a negação liminar do princípio da negociação, fazendo-se o jogo dos que têm como objetivo maior o desgasto contínuo de governos e não a defesa dos interesses da categoria. Chega-se ao absurdo de aprovar (52ª CONAD, S.Lú's, 26-29 jul/07) desvio de R\$450.000,00 dos cofres da entidade para apoiar ações de 'estudantes combativos', tais

como atos contra o REUNI e programa esse que foi aprovado em todas as universidades federais, ainda que com as devidas críticas, por milhares de colegas com maioria docente.

Como é possível que uma entidade nacional atue sem nenhuma sintonia com o que pensa a sua categoria? Para que isso aconteça, é preciso impedir a disputa leal em processos eleitorais e, também, deformar os espaços de representação que traçar os parâmetros para a atuação da entidade que venha a ser eleita.

Em relação ao primeiro ponto, não é por acaso que as últimas eleições da ANDES foram marcadas pela 'chapa única'. Isso não decorre da concordância dos professores com a direção da entidade: resulta da falta de democracia interna e do abuso do poder econômico. É que o processo eleitoral da ANDES não enseja igualdade de oportunidades. A situação usa o dinheiro da entidade para promover, nos meses anteriores às eleições, inúmeros seminários, palestras e outros encontros, para os quais são convidados os defensores da própria situação. É nesses espaços que é montada a chapa nacional de 83 professores. A oposição, sem qualquer financiamento, dificilmente consegue inscrever chapa, e, quando isso ocorre, precisa arrecadar recursos para visitar 116 cidades da ANDES em todo o país.

Em segundo lugar, com a criação deliberada de inúmeras novas instituições, diversas das quais diminutas e relativas a pequenos municípios, tornaram-se antidemocráticas reuniões

como as do 'Setor das IFES': há o direito a um mesmo e solitário voto tanto representantes de unidades com 30 ou 40 docentes quanto de universidades com 3.000 filiados. Como se isso não bastasse, falam esses colegas em nome de assembleias 'gerais' públicas, realizadas amiúde com meia dúzia de presentes. E, por cúmulo, nem sempre honram as decisões dessas reuniões. Mais intolerável ainda é o Comando Nacional de Greves (CNG), que ultimamente tem sido instalado a partir de greves incipientes em algumas IFES: um delegado só vota no CNG se os docentes de sua IFES optaram pela greve e são as decisões do CNG são levadas em negociação com o Governo e canal único do pensamento único.

Frente a isso tudo, não há mais sentido em fortalecer uma entidade que se tornou refém irreversível de uns poucos, em detrimento da vontade da maioria.

Trata-se, alternativamente, de organizar Federação Nacional representativa dos docentes das IFES, que seja democrática, autônoma e competente na defesa dos interesses destes e da qualidade acadêmica de suas instituições e centros de produção do conhecimento e de formação de profissionais de todas as áreas. Essa deve ser a nossa modesta, mas fundamental, contribuição para a construção de um Brasil mais justo e solidário.

\*Vice-presidente da ADUFSCAR e Presidente do PROIFES

## Progressão para professor associado vigora desde 1º de maio

A Diretoria da ADUFC lembra aos seus associados que o processo de progressão para professor Associado da Carreira de Magistério Superior vigora desde 1º maio de 2008. A Portaria nº 7 de 29 de junho de 2006 continua vigente para a avaliação subsequente, que seria o ano corrente. As comissões de cada centro e faculdade já foram formadas. Segundo informações passadas para a Diretoria da ADUFC pela administração superior, cada centro ou faculdade coordena o processo. Portanto, os professores cuja situação funcional atenda às normas estabelecidas pela portaria devem preparar a sua documentação

para encaminhamento imediato. Segundo a portaria, quem era professor Adjunto 4 poderia progredir para Associado 1 passados dois anos, a partir de 2006.

A resolução 14/1988 do CEP disciplina a Progressão Funcional dos integrantes da Carreira de Magistério Superior e de 1º e 2º Graus, estabelecendo que a avaliação do desempenho deve ser feita à luz dos critérios estabelecidos pela resolução, incidindo sobre as atividades diretamente relacionadas com exercício do cargo ou emprego de magistério, de conformidade com as características de cada centro ou faculdade.

# Pela renovação da organização sindical docente!

Mesmo criada © Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES), a Associação de Docentes da UFC (ADUFC) tem mantido uma posição crítica em relação © prática sindical que vem sendo implementada pelo grupo político que controla a entidade. A direção da ADUFC reconhece, no interior da ANDES, a existência de companheiros comprometidos com a universidade pública, de qualidade e como direito universal. No entanto, as diferenças que se efetivam na forma de organização e na condução das lutas dos docentes, são o centro das nossas divergências.

Na nossa leitura, a ANDES tem conseguido expressar-se mais como um projeto de partido político do que de um sindicato em defesa dos interesses específicos da universidade e dos docentes. Um bom exemplo disso é que o seu maior esforço, nos últimos anos, tem sido o de se colocar, de forma radical e sistemática, contra os governos e de tentar construir greves sem esgotar, primeiro, os mecanismos de negociação.

Estamos vivendo uma conjuntura política onde a repetição de comportamentos in-

transigentes, a falta de propostas específicas e claras para a categoria e o atrelamento a partidos políticos, põem em risco a força e a coesão do movimento docente e geram uma apatia em relação ao sindicalismo e aos seus dirigentes. Entendemos que a organização sindical por categoria específica tem melhores condições de mobilização, de comportamento propositivo, de negociação e de radicalização com responsabilidade pública.

Por agregar, também, professores de universidades estaduais, municipais e privadas, a ANDES, desde 2003, tem suspenso o seu Registro Sindical, pois vários sindicatos de universidades particulares (SINPRO) questionaram juridicamente a abrangência de representação hegemônica pretendida pela ANDES. Isso não anula, automaticamente, a legitimidade da entidade, mas põe em risco todas as demandas jurídicas dos docentes. Ações judiciais podem ser prejudicadas e já temos exemplos em diversas Associações Docentes, inclusive na própria ANDES. E o mais grave: novas ações coletivas não podem ser ajuizadas por falta do Registro Sindical.

Por insistir em se comportar como vanguarda revolucionária, que tem o caminho e a verdade para todos os docentes do país que têm interlocutores diferentes (Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais e Iniciativa Privada); por banalizar a greve como instrumento de pressão; por manter uma estratégia de tentar impor desgaste permanente aos governos, opondo-se a todos os seus projetos; e por sustentar uma estrutura organizacional que impede a alternância no poder - pela via do controle de instâncias sem representatividade, sem mobilização, mas muito eficientes para tolher a oposição - a ANDES, em grande parte, responsável pelo refluxo e esvaziamento do movimento docente nas IFES. Das 116 Associações Docentes criadas © ANDES, apenas 62 são federais.

Em face disso, a Diretoria da ADUFC conchama todos os docentes da UFC e das demais IFES do Brasil a se engajarem na discussão e na construção de uma organização nacional exclusiva dos docentes da IFES.

DIRETORIA DA ADUFC

## Artigo

Prof. Dr. Robson Mendes Matos\*

## A necessidade de uma nova organização

O movimento docente vem passando por um período de grande apatia. Podemos apontar vários fatores que levaram ao esvaziamento do movimento docente. Muitos concordam que a criação da GED foi um dos fatores que mais contribuiu para o esvaziamento do movimento. O caráter produtivista desta gratificação nos tornou mais individualistas em busca de uma pontuação que mantivesse nossos salários nos seus máximos. Todavia, este não foi o único fator, muito menos o predominante. Sob a nossa ótica, nós mesmos fomos responsáveis por este esvaziamento quando apoiamos políticas equivocadas de enfrentamento que não têm lugar nos tempos atuais.

A criação de uma entidade nacional, representativa dos docentes, foi muito importante. Enfrentamos uma ditadura e a nossa entidade, com muita sabedoria, conseguiu enfrentar os militares. Com a redemocratização do país, nossa entidade não se modernizou e continuou utilizando o mesmo modelo de enfrentamento. Antes que qualquer proposta fosse apresentada iniciamos uma greve por período indeter-

minado. Isto fez com que este nosso instrumento legítimo de pressão se desgastasse. Com o grande número de greves, perdemos o apoio imprescindível da sociedade. O grande período de greve nos obriga a utilizar o período de férias para a reposição das aulas, o que faz com que o professor passe a ter ojeriza a greves.

É preciso, a partir de agora, tentar resgatar a imagem do Movimento Docente junto © sociedade. A greve deve ser um instrumento a ser utilizado apenas em última instância. O processo de negociação deve se esgotar para só então pensarmos em uma greve.

Recentemente, o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto instituindo a Negociação Coletiva. Com a aprovação deste projeto, os governos passam a ter a obrigação de negociar com os servidores, coisa que até o momento é uma opção. Com a institucionalização da negociação coletiva precisaremos ter uma entidade nacional sólida, responsável e mais próxima do seu associado. Ser fundamental também que esta entidade tenha um Registro Sindical no Ministério do Trabalho, pois fatalmente esta será uma exigência para a participação nas mesas de negociação futuramente.

Ao fazermos uma análise cuidadosa da situação, veremos que a Andes, infelizmente, não preenche estes requisitos. Precisamos repensar de forma completa o Movimento Docente. No mundo atual não temos mais espaço para amadorismo, intransigências e sectarismos. Nós na UFMG, começamos a reescrever nossa história enquanto movimento docente. Por entendermos que a Andes tem uma estrutura de organização arcaica que beneficia o aparelhamento da entidade, que está extremamente distante dos anseios dos professores e não possui registro sindical, decidimos nos desligar e partir para a fundação de um sindicato local visando a criação de uma federação nacional. Entendemos que a estrutura de sindicatos locais, criados a uma federação nacional, leva a uma maior proximidade com o dia-a-dia do docente, facilitando a interlocução com a base.

Acreditamos que este seja o caminho mais sensato e inteligente a se seguir.

\* Presidente do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - Apubh

## O futuro do movimento docente? Somos otimistas: revitalizado e amadurecido

Vemos o Movimento Docente (MD) dividido em três fases: criação e consolidação (final da década de 70 ao início dos anos 90), desencanto com a história (meados dos anos 90 até aproximadamente 2004), e, a partir daí, um doloroso processo de revitalização.

A cegueira das lideranças do MD para com as mudanças ocorridas no mundo, durante os anos 80 e 90, fez com que perdéssemos uma década até a insatisfação crescer e culminar numa reorganização política.

A exemplo de vários sindicatos do setor público, o MD, ignorou as mudanças e insistiu nas mesmas estratégias adotadas em suas origens, deixando de observar que não contava mais com a mesma capacidade de mobilização das propaladas bases.

Vieram pautas de reivindicações absurdas e ignoradas até pelos docentes, greves cada vez mais esvaziadas e a luta política mais geral, ideologizada, foi priorizada em detrimento dos interesses específicos dos docentes. Resultado: bases cada vez mais afastadas das lideranças.

A atual realidade exige um sindicato com ações mais objetivas. Um sindicato envolvendo filiados vinculados a setores di-

versificados (Particulares, Federais, Estaduais e Municipais) perdeu capacidade de mobilização e característica própria; a estrutura monstruosa e uma pseudodemocracia emperrada, numa realidade tecnológica de comunicações extremamente ágeis, revelou excesso de burocracia e inoperância.

No caso das Universidades Federais, principalmente, o crescimento enorme da carga de trabalho, dos espaços acadêmicos de atuação (ensino, pesquisa, extensão e administração) e a redução acentuada do número de docentes, impõem mudanças nas estratégias de participação democrática, alternativas às tradicionais.

Em 2004, um conjunto de docentes insatisfeito com tal realidade, optou pela criação do PROIFES (Fórum dos Docentes das Instituições Federais do Ensino Superior). O PROIFES nasceu enfrentando grande oposição do Movimento Docente conservador, contudo, atento à nova conjuntura: priorizou a negociação, qualificou o debate e agilizou os processos, praticando uma democracia que dá margem de negociação aos seus representantes.

Enxergou a realidade à sua volta: o país retoma o crescimento econômico; a máquina do Estado está sendo revista, revalorizada e redimensionada; no setor público, começa-se

a construir a negociação coletiva; no setor privado a negociação coletiva vem sendo quase que uma constante e o Movimento Sindical apresenta sinais de recuperação; a prioridade das Centrais Sindicais retoma a pauta de avanço das conquistas sociais quando se volta à redução da jornada de trabalho.

Em abril de 2008, nas eleições para a Diretoria da ADURN, registrou-se a magnitude da participação de 1099 eleitores (mais de 52% dos filiados), numa demonstração indiscutível de revitalização da entidade. E o centro do debate foi a reestruturação do MD, tendo sido vitorioso o grupo que defendeu essa tese, com mais de 58% dos votos válidos.

O que acaba de ocorrer na ADURN, é uma tendência nacional. Estamos diante de uma nova era para o MD. Está ressurgindo mais moderno, maduro e revitalizado. E esse processo tende a crescer, haja vista a insatisfação dos docentes para com o MD conservador. Contribui para isso a existência de uma nova e clara opção proposta pelos que lutam pela reforma: a criação de uma Federação EXCLUSIVAMENTE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR.

\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Jurídico continua recebendo documentos para dar entrada em novas ações

Cerca de 200 associados procuraram a Assessoria Jurídica da Associação de Docentes da UFC (ADUFCE) para entrar com novas ações judiciais. Os docentes que assinaram procurações e firmaram contratos de prestação de serviço com o escritório de advocacia Carlos Henrique Cruz Advocacia SC, para serem signatários das novas ações jurídicas, tiveram prazo até 16 de maio de 2008 para entregar a documentação necessária. Os docentes que se sentirem enquadrados nas situações jurídicas detalhadas em ofícios encaminhados e jornais anteriores, poderão habilitar-se nos processos, o mais rapidamente possível.

A ADUFCE ajuizará quatro novas ações judiciais em nome dos seus associados. A

primeira delas diz respeito à incidência do Imposto de Renda sobre a rubrica Abono de Permanência. A segunda beneficia professores que tiveram progresso de Professor Adjunto IV para Professor Associado I, mas que contavam com mais tempo do que o exigido pela portaria do MEC. A terceira refere-se aos professores que exercem ou exerceram cargos comissionados na UFC e não recebem ou não receberam gratificações, devido à inexistência formal de cargos (até cinco anos). E, a quarta, corresponde à questão dos professores aposentados (até 1997) que recebiam o provento de aposentadoria referente a um nível acima do cargo efetivo ocupado e, com o advento das categorias de Professor Associado (Ensino Superior) e de Professor Especial (1º e 2º Graus), sofreram redução dos valores.



A proposta de ajuizamento das quatro ações foi apresentada, e aprovada por unanimidade, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2008, no Auditório do Centro de Tecnologia.

